



## **Análise e exposição em uma linguagem simples de uma jurisprudência do TJDFT que trata de um agravo de instrumento em um cumprimento de sentença**

### **Autor(res)**

Felipe Rossi De Andrade

Ewellen Lisboa De Souza

Julia Grazielle Carneiro Silva Rodrigues

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### **Introdução**

A Jurisprudência é o conjunto de decisões judiciais de um tribunal sobre um determinado assunto. E nessa amostra será apresentada uma Jurisprudência do TJDFT, que trata da validação de uma citação por edital, que é utilizada como último recurso, tendo o prazo de 20 a 60 dias, e consiste na publicação de um aviso em órgãos oficiais, ou em jornais de grande circulação, para comunicar o réu sobre um processo e dar a ele a oportunidade de apresentar defesa. E nesse caso o réu entrou com um agravo de instrumento, alegando irregularidades e pedindo a anulação da citação por edital. Frente a isso, será evidenciado a decisão do juizado.

### **Objetivo**

A análise de um caso de jurisprudência que trata de um agravo de instrumento em um processo de cumprimento de sentença, onde o devedor tentou impedir a continuação da execução por meio de uma objeção de pré-executividade. Utilizando de uma linguagem simples para expor o objeto da ação e a decisão judicial.

### **Material e Métodos**

Para uma boa compreensão deste trabalho, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise jurisprudencial e documental, além de pesquisas em fontes bibliográficas fornecidas em livros. Examina-se uma decisão do TJDFT sobre a validade da citação por edital no cumprimento de sentença, e são utilizadas como fontes primárias, o emprego da própria decisão, os artigos do Código de Processo Civil e a Súmula 414 do STJ. Já na metodologia, será empregado o método de perspectiva dedutivo, com a leitura e análise de todo o material, com o intuito de expor o caso concreto de forma objetiva.

### **Resultados e Discussão**

A sentença trata de agravo de instrumento, que é um recurso contra decisão interlocutória (art. 1.015, CPC), inserido em uma aplicação de sentença, no qual o devedor relatou exceção de pré-executividade, alegando nulidade da citação por edital, sob o argumento de que não foram esgotados os meios para localizá-lo. Porém, o recurso foi rejeitado, pois o juiz de origem entendeu que houve diligências suficientes para justificar a citação. Sendo assim, a mesma pode ser aplicada quando o executado está em lugar desconhecido, conforme prevê o art.



256 do CPC:

“A citação por edital será feita:

I - quando desconhecido ou incerto o citando;

II - quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando;”(...) (CPC. art. 256).

A jurisprudência do TJDFT reafirmou o entendimento: “A efetivação da citação por edital pressupõe que o réu esteja em lugar incerto e não sabido, sendo desnecessário esgotar todos os meios para localizá-lo, se houver diligências do autor” (Acórdão 1990567, 0702381-94.2025.8.07.0000). Assim, o agravo foi negado, e a citação por edital mantida. A súmula 414 do STJ também afirma que a citação por edital é cabível quando frustradas as modalidades de contato, como por e-mail ou correspondência (BRASIL. STJ, Súmula nº 414, 2009). Dessa forma, o processo de cumprimento de sentença pode prosseguir regularmente, pois o réu foi convocado conforme a lei permite em caso de paradeiro desconhecido. Sendo desnecessário o esgotamento de todos os meios para encontrá-lo, assim, considerando que o réu estava em local incerto, o autor utilizou de citação por edital. Frente a isso, houve a rejeição do recurso apresentado pelo devedor, que não conseguiu suspender ou invalidar o cumprimento da sentença por meio dessa objeção.

### **Conclusão**

Diante do exposto, conclui-se que a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios reafirma a legalidade da citação do edital nos casos em que o réu se encontra em lugar incerto e não sabido, desde que o autor tenha realizado esforços razoáveis para sua localização. O entendimento está em conformidade com o art. 256 do CPC e com a jurisprudência consolidada, incluindo a Súmula 414 do STJ. A rejeição do agravo de instrumento confirma que não é exigido o esgotamento absoluto de todos os meios possíveis de localização do devedor, tendo sido feita a tentativa por parte do credor. Assim, a citação por edital se mantém válida, e o cumprimento da sentença prossegue normalmente, respeitando os princípios processuais e garantindo a efetividade da tutela jurisdicional.

### **Referências**

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. Súmula nº 414. A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades. Diário da Justiça Eletrônica, Brasília, DF, 16 dez. 2009.

DIDIER Jr., Fredie. Curso de direito processual civil: Introdução ao direito processual civil e processo de conhecimento. vol. 1. 14. ed. Bahia: Jus Podivm, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 51, p. 1-56, 17 mar. 2015.

4ª TURMA CÍVEL (Acórdão 1990567, 0702381-94.2025.8.07.0000, JOAO MONTEIRO e MILENE OTONI DE OLIVEIRA MONTEIRO e BANCO DO BRASIL/A Relator(a): JANSEN FIALHO DE ALMEIDA, data de julgamento: 10/04/2025, publicado no DJe: 30/04/2025).